



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

ATA DO 79º ENCONTRO DO COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

Ata da septuagésima nona reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado na cidade de Araxá, Minas Gerais, nos dias 14, 15 e 16 de maio de dois mil e nove.

À solene instalação do encontro, compareceram inúmeras autoridades, inclusive o Exmo. Dr. Vice-Governador do Estado, o Dr. Antonio Augusto J. Anastazi, o Des. Sérgio Antonio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado das Minas Gerais, o Des. Marcus Faver, Presidente da Comissão Executiva do Colégio, que fizeram uso da palavra, Presidentes de Tribunais de Justiça estaduais, e outras autoridades. Ao início dos trabalhos, procedeu-se a apresentação dos participantes. O Des. Marcus Faver em nome próprio e do Colégio, cumprimentou o Des. Milton Nobre por sua indicação e nomeação para compor o Conselho Nacional de Justiça no próximo biênio, registrando igualmente o Juiz Paulo Tamburini, por igual motivo. A seguir, discorreu sobre as três resoluções do CNJ, sobre a convocação de Juizes de Direito para atuarem nos Tribunais, sobre a aquisição e uso de veículos e sobre o pagamento de diárias aos magistrados e servidores do Poder Judiciário. Explicou que foi instado a se manifestar, no prazo exíguo de dez (10) dias, sobre a segunda – aquisição e uso de veículos – que cumpriu alertando para a invasão da autonomia administrativa dos Tribunais, sugerindo ao CNJ a adoção de “recomendação”, ao invés de “resolução”. Sugeriu a adoção de medidas para preservar essa autonomia, tendo o Colégio decidido autorizar a Comissão Executiva a fazer gestões judiciais e extrajudiciais necessárias à defesa dos princípios de independência e de independência administrativa, sem prejuízo do apoio manifestado aos critérios éticos emanados do CNJ, em suas deliberações. Antes da aprovação, o assunto foi amplamente debatido. O Des. José Fernandes Filho, apresentou valioso trabalho sobre o julgamento de ações previdenciárias por magistrados estaduais, ressaltando os esforços despendidos neste mister, o que contribui para o congestionamento dos processos de competência da justiça estadual. Decidiu, então, o Colégio constituir uma comissão para realizar estudos do tema, a se discutir no próximo encontro dos dias 09, 10 e 11 de julho próximo, em Porto Velho. Rondônia. Comporão a Comissão os Desembargadores Mariano Travassos, Pedro Ranzi e um representante do Tribunal de Justiça do Paraná. O Juiz Rubens Curado, Secretário-Geral do CNJ explanou sobre a gestão estratégica do Poder Judiciário, realçando a visão emprestada pelas estatísticas, lembrando a “Justiça em Números”, de 2008, sugerindo a criação de um núcleo de planejamento estratégico em cada Tribunal, a realização de mutirões e estímulo à conciliação, engajando-se magistrados e servidores, falou ainda sobre as tabelas processuais, a numeração única e os sistemas Projudi, Infojudi e Bacen Judi, registrando-se debates com inúmeros participantes. O Des. Antonio Noronha, do Tribunal de

COMISSÃO EXECUTIVA

Av. Erasmo Braga, 115, lamina I, sala 519
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20.020-903
(21) 3133-4179 – FAX (21) 3133-4725
colegiopresidentes@tjrj.jus.br



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

Justiça do Paraná, proferiu palestra sobre alternativas para as dificuldades financeiras do Poder Judiciário, enfocando a necessidade de reforma constitucional para assegurar uma mais justa repartição das receitas tributárias, a destinação das multas resultantes de decisões judiciais, de qualquer natureza, ao Poder Judiciário, sugerindo também a adoção de outras medidas, como a instituição do selo holográfico, percentual da receita das serventias extrajudiciais, dentre outras. Em nome do Ministro da Justiça, as Dras. Adriana Farias, Clarissa Lodowski e Beatriz Cruz apresentaram o projeto da Conferência Nacional de Segurança Pública – CONESG. O Ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça e Corregedor Nacional de Justiça prestigiou o encontro discorrendo sobre as atividades do Conselho Nacional de Justiça, dizendo da necessidade e da importância de ouvir presidentes dos Tribunais de Justiça, referiu-se a realização das inspeções nos tribunais para conhecer a realidade de cada um deles, afirmando que os excessos e as imperfeições ocorridas estão sendo corrigidas. Ressaltou a importância da certidão de nascimento em caráter nacional, e a contribuição do Poder Judiciário brasileiro para o aperfeiçoamento do sistema carcerário, a importância da atualização do cadastro das serventias extrajudiciais. Ao final, afirmou que as audiências públicas são gravadas em áudio e vídeo e estão à disposição de quem se sentir ofendido. Em seguida, o Des. Marcus Faver apresentou o futuro Conselheiro do CNJ, o Juiz Paulo Tamburini e expressou sua preocupação com as audiências públicas realizadas de forma prejudicial aos tribunais e aos magistrados com a invasão indevida da autonomia dos tribunais de Justiça com os textos das resoluções do CNJ. Enfim, o Ministro Gilson Dipp teceu considerações sobre o Poder Judiciário brasileiro e sobre as consequências das inspeções. A Ministra Carmen Lucia do Supremo Tribunal Federal falou sobre a importância do Poder Judiciário estadual no contexto do estado brasileiro. Destacou ser o juiz a maior referência da sociedade e que garantir a jurisdição, dever do estado, é garantir a cidadania, realizando-se a república somente através do Judiciário, encerrou a Sra. Ministra as suas palavras citando e reconhecimento da justiça na obra de Clarice Lispector. O Des. Marcus Faver, expressou os agradecimento do Colégio pela exaltação do valor dos juízes estaduais. O Des. Sergio Resende e o juiz Paulo Carvalho, da Comarca de Itaúna, apresentaram o projeto “Novos Rumos na Execução Penal”, com belíssima apresentação artístico-cultural pelos recuperados do projeto. O juiz Paulo Carvalho explanou ainda sobre o cumprimento da pena com a efetiva participação da comunidade, concluindo, com a citação de Mario Ottoni, “Todo homem é maior do que seu erro, do que sua culpa”. O Des. José Fernandes Filho, completando a exposição feita, relatou edificante exemplo de um recuperado, ocorrido em Paracatu. O Juiz Paulo Tamburini expôs sobre o projeto de integração dos diversos seguimentos da justiça em Minas Gerais, denominado “Projeto Integrado”. O Des. Marcus Faver lembrou a reunião do Colégio em Porto Velho e a importância da presença de todos os presidentes, até por que o Des. Carlos Eduardo da Fonseca Passos exporá sobre o tema “Uniformização da Jurisprudência”. O Colégio decidiu pela edição da “CARTA DE ARAXÁ” que após devidamente debatidos os seus temas alcançou a seguinte redação: “Carta de

COMISSÃO EXECUTIVA

Av. Erasmo Braga, 115, lamina I, sala 519
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20.020-903
(21) 3133-4179 – FAX (21) 3133-4725
colegiopresidentes@tjrj.jus.br



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

Araxá. O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais do Brasil, reunido na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais, nos dias 14, 15 e 16 de maio de 2009, pela unanimidade de seus integrantes, resolveu: I) Reafirmar a importância de se fazer respeitar o princípio da autonomia administrativa dos Tribunais de Justiça, requisito indispensável ao Poder Judiciário no sistema federativo; II) Incentivar os Tribunais de Justiça a adotarem planejamentos estratégicos, a fim de promover solução para a crescente demanda com respostas eficazes aos reclames sociais; III) Reiterar absoluta necessidade da adoção de sistema padronizado de Processo judicial Eletrônico, sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça; IV) Sugerir ao Conselho Nacional de Justiça a consolidação de suas resoluções e atos normativos, bem como a simplificação dos formulários de coleta de dados. Araxá, 16 de maio de 2009, seguindo-se as assinaturas o Des. Marcus Faver agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos, do que, para constar, eu, Robério Nunes dos Anjos, Secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada.

COMISSÃO EXECUTIVA

Av. Erasmo Braga, 115, lamina I, sala 519
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20.020-903
(21) 3133-4179 – FAX (21) 3133-4725
colegiopresidentes@tjrj.jus.br